



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (CONSEA/SM)

Marisa Oliveira Natividade¹
Miriam Teresinha da Silva Delevati²
Maria Erondina Silveira da Silva³

Resumo

Este trabalho é resultado da participação das autoras em uma instância municipal relacionada à política de combate à fome e à miséria: o “Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Santa Maria”, como representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Na Introdução, traçaremos um panorama geral sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) e os instrumentos de promoção ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Na parte seguinte, que enfatiza a relação entre as Universidades e a Sociedade, apresentamos alguns documentos que referenciam a atuação das IES em SANS e DHAA. A seguir, propomos quatro problemáticas principais a considerar quando reflete-se sobre a participação das Universidades em projetos/parcerias com outras instituições e com a população em geral. Estas problemáticas foram sintetizadas nos seguintes termos: políticas; temporalidades; legitimidades; e por último, os sujeitos. Finalmente, na conclusão, apontamos algumas

¹ Doutora em Ciência Política, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), membro titular do Conselho de Segurança Alimentar de Santa Maria (CONSEA/SM).

² Mestra em Nutrição, Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), membro titular do Conselho de Segurança Alimentar de Santa Maria (CONSEA/SM).

³ Economista, aluna do Programa de Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



reflexões para, a partir do trabalho das IES, contribuir para a efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação Adequada; Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Conselho Municipal de Segurança Alimentar

1. Introdução

Apesar da questão da fome, como uma das principais conseqüências da situação de vulnerabilidade social, ser um problema que acompanha a história da humanidade, neste século ela tem sido objeto não apenas de preocupações, mas também de tentativas de construir um processo progressivo de erradicação da insegurança alimentar e nutricional a nível mundial.

No nível internacional, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, há uma clara referência ao direito à alimentação, constando no seu Artigo 25, parágrafo 1 que: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente **alimentação**, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários; [...]”. Também o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigos 2 e 11) e a Carta das Nações Unidas (Artigos 55 e 56) afirmam que o direito à alimentação deve ser assegurado a todos os seres humanos. Além destes documentos, que incluem a questão do direito à alimentação, dentre outros, há documentos específicos, tais como a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, resultante da Cúpula



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Mundial sobre Alimentação (Roma, 1996) e as Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação, da FAO (Roma, 2004).

No Brasil, a fome foi o estopim de várias mobilizações: os movimentos contra a carestia (nas décadas de 10 e 20); a Marcha da Fome, cujos panfletos incentivavam os trabalhadores a realizarem saques a armazéns (1931); a Campanha Popular Contra a Fome (1946); o Movimento de Luta Contra a Carestia e a Passeata da Panela Vazia, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo (1953). Nas décadas de 60 e 70 persistiram os protestos contra a carestia, sendo que em 1973 foi criado o Movimento do Custo de Vida, com forte inserção nos meios populares e apoio da ala progressista da Igreja Católica. Nos anos 80, no contexto da luta pela redemocratização, “a fome apareceu mais associada ao movimento dos desempregados e aos saques, ocorridos nos anos de 1983-4” (Gohn, 1997, p.72).

Foi nos anos 90 que a fome retomou sua centralidade, a partir da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida – ACCMV, principal organizadora da Campanha Contra a Fome, nos anos de 1993-4⁴. Neste mesmo período foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994). Com a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto em 1995, e suas ações remanescentes incorporadas ao Programa Comunidade Solidária.

⁴ Para uma análise detalhada sobre a ACCMV e a Campanha Contra a Fome, ver Gohn (1997), Cap. 3 “Campanhas Contra a Fome na História do Brasil (ou quando a miséria se transforma em questão nacional)” (págs. 69 a 110)



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no final de 2003, novamente este tema ganha centralidade, sendo que um dos primeiros programas lançados pelo presidente foi o Programa Fome Zero (PFZ), vinculado ao recém criado Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA)⁵. De acordo com a formulação governamental, este Programa é...

...uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. (www.fomezero.gov.br)

O atual governo recriou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), com o objetivo de estimular a formulação, execução e acompanhamento de políticas de SANS. Este Conselho, de caráter consultivo e deliberativo, assessora o poder executivo no planejamento das diretrizes políticas sobre a questão da alimentação⁶.

Também houve a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Olinda, março de 2004), que, a partir de documentos oriundos de uma

⁵ Posteriormente transformado em Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

⁶ Ressalve-se que “o modelo de constituição dos conselhos de gestão foi replicado à exaustão em diferentes programas e projetos governamentais, sejam federais, estaduais ou municipais. Conforme verificado nas missões realizadas pelas diferentes Relatorias, este mecanismo enfrenta uma série de barreiras para realizar suas atribuições. Embora muitas vezes assegurado em lei, o seu caráter deliberativo vem sendo “utilizado” pelo poder público como forma de referendar suas ações...” (Relatorias Nacionais em DHESC, Informe 2004, p.104).



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



ampla discussão nos municípios, reafirmou e consolidou as diretrizes relativas ao DHAA e à SANS. Esta Conferência também recomendou a criação de uma Lei Orgânica visando garantir o direito progressivo à alimentação adequada e, após ter sido objeto de seminários e discussões em todo o país, teve sua formulação final encaminhada ao Congresso Nacional em outubro deste ano pelo Presidente da República.

A mobilização internacional e nacional tem tido reflexos nas Universidades. Se no caso da ACCMV, nos anos 90, Gohn destacava que...

... até a Universidade, geralmente distante dos fatos cotidianos da realidade nacional, participou, por meio do Conselho de Reitores – CRUB, das primeiras iniciativas da ação, comprometendo-se em criar um banco de dados com pesquisas feitas sobre o barateamento do custo dos alimentos” (1997, p.79)

... pode-se afirmar que hoje, na grande maioria das situações onde a questão da fome é tratada (congressos, seminários, relatorias, pesquisas, projetos, campanhas, conselhos, cursos de formação para as comunidades, audiências públicas, ações de extensão nas áreas de saúde, nutrição, agronomia, ciências sociais, etc...) a comunidade universitária faz-se presente. A seguir, analisaremos a participação de duas IES – a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) – no Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Santa Maria (CONSEA/SM).



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



2. A participação da comunidade acadêmica no Conselho Municipal de Segurança Alimentar: possibilidades, limites e alternativas.

A valorização da educação em todos os níveis, e da participação das instituições de ensino no esforço internacional para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, está consubstanciada em diversos documentos internacionais. Na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial (1996), embora não haja citação direta ao papel das IES, menciona-se temáticas associadas ao Ensino (educação e formação) Extensão Universitária (transferência e emprego de tecnologias, desenvolvimento de conhecimentos técnicos e capacitação) e Pesquisa (investigação e cooperação científica). Também está presente nas “Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação” (2004), da FAO, onde consta que:

11.4 Os Estados deveriam apoiar o ensino superior por meio do fortalecimento nos países em desenvolvimento das universidades e das faculdades técnicas de agronomia e disciplinas conexas e de estudos empresariais, para que realizem tanto funções pedagógicas como de pesquisa, e procurando que as universidades do mundo inteiro proporcionem formação de nível universitário e superior dos agrônomos, cientistas e empresários dos países em desenvolvimento. (Diretriz 11 – Educação e Sensibilização)

No Brasil, entidades como a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), incentivam as universidades para que contribuam para a



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



progressiva erradicação da fome, como por exemplo, na cartilha “Segurança Alimentar: a contribuição das universidades”, elaborada pela Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), e pela ANDIFES. De acordo com esta cartilha, a participação das IES poderá ser tanto em projetos que visam a construção de políticas estruturais, quanto de políticas específicas.

No primeiro caso, “a principal ação a ser desencadeada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no combate à fome diz respeito à articulação com as demandas sociais da enorme comunidade que gravita em torno de suas atividades”, mobilizando docentes, estudantes e funcionários para o “desenvolvimento de projetos sustentáveis de melhoria de renda da sociedade” (2003, p.35), apoiando tecnicamente projetos comunitários, políticas de inclusão, primeiro emprego e microcrédito solidário.

No segundo, das políticas específicas, “aquelas que atuam diretamente sobre a quantidade, qualidade e regularidade dos alimentos consumidos”, as IES podem contribuir, por exemplo, na formação de profissionais diretamente ligados à questão alimentar, na educação alimentar e, inclusive, na ampliação do acesso ao uso dos equipamentos já existentes, como Restaurantes Universitários (Rus).

As possibilidades de contribuição do ensino superior também estão presentes no Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004), com a recomendação que deve-se :

Incluir formalmente a temática do Direito Humano à Alimentação nos currículos escolares em todos os níveis de escolaridade, priorizando, na graduação e pós-graduação, os



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



cursos que formam profissionais que tenham atuação direta ou indireta na promoção e defesa da SAN. (p.32)

E, ainda, “subsidiar a articulação entre o setor de educação, ensino, pesquisa, ONGs, saúde para a realização de ações de extensão e pesquisa visando ao aperfeiçoamento de todas as ações que promovam a Alimentação Saudável no ambiente escolar” (idem.).

Estas recomendações têm reflexo na composição dos Conselhos de Segurança Alimentar, sendo que, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Santa Maria⁷, a UFSM e a UNIFRA estão representadas por dois conselheiros titulares (e dois suplentes). É a partir desta experiência que estruturamos as problematizações a seguir:

A primeira problematização diz respeito à questão da **política** propriamente dita. Pelas características dos sistemas presidenciais, as questões de Estado e de governo tendem a tornar-se indistintas. Esta situação não é por si só negativa, podendo assumir também aspectos positivos, pois o empenho deste governo na divulgação do Fome Zero gerou uma série de iniciativas nas IES, como a divulgação da Cartilha já mencionada. Além disto, a campanha do PFZ, bem como a abertura de linhas de financiamento para questões relacionadas à SANS incentivou o aprofundamento de

⁷ Criado pela Lei Municipal nº 4695/03, aprovada pela Câmara de Vereadores em 17 de setembro de 2003.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão⁸, aproximação de diferentes docentes e/ou grupos de trabalho e, em alguns casos, a sua formalização⁹.

Entretanto, a associação do próprio Programa ao Governo Lula, em alguns momentos, dificultou a adesão de setores mais amplos da sociedade. Além disso, houve situações em que as disputas político-partidárias foram sobrepostas à questão do DHAA como uma questão de Estado, criando uma zona de sombreamento que dificultou a execução das políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar.

A questão da política remete à segunda problemática, qual seja, a da presença de distintas **temporalidades**. Marilena Chauí afirma que o tempo da política e da ciência são distintos, pois para a política o tempo é o aqui e o agora, enquanto...

... do lado da pesquisa, a preparação dos pesquisadores, a coleta de dados, as decisões metodológicas, as experiências e verificações, os ensaios e erros, a necessidade de refazer percursos já realizados, o retorno ao ponto zero, a recuperação de pesquisas anteriores nas novas, a mudança de paradigmas de pensamento, a descoberta de novos conceitos feitos em outros campos do saber [...], a exigência lógica de interrupções periódicas, a necessidade de discutir os passos efetuados e controlá-los, enfim, tudo aquilo que caracteriza a pesquisa científica [...] faz com que o tempo

⁸ Recentemente, o Programa de Extensão (PROExt), do Ministério da Educação, fez uma chamada nacional de financiamento de programas / projetos de extensão para as Universidades Federais, no qual uma das linhas era especificamente para ações de combate à fome.

⁹ Por exemplo, a criação do Grupo de Pesquisa intitulado “Direito Humano à Alimentação Adequada”, liderado pelas autoras deste artigo, e cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



científico e o tempo político sigam lógicas diferentes, e padrões de ações diferentes”. (2001, p.121)

Esta situação nos permite afirmar que, se o Fome Zero permanecer apenas como uma política de Governo, e portanto, subordinada à periodicidade das eleições próprias de regimes democráticos, é possível antever, por exemplo, a série de dificuldades encontradas a partir da possível interrupção de financiamento para linhas de pesquisa em SANS, toda a vez que ocorre a mudança de governantes.

Outro ponto de tensionamento entre as distintas temporalidades está na Extensão Universitária. Sob a perspectiva da Extensão amplia-se grau de dificuldade em acompanhar as políticas públicas que têm sido implementadas pelo Governo Federal. No caso de Santa Maria, há vários projetos cujo financiamento já foi aprovado, e com distintos graus de complexidade e níveis de implantação: Bolsa Família, Hortas Comunitárias, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares, Banco de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos e Compra Direta da Agricultura Familiar.

Nas universidades, algumas áreas do saber já possuem pesquisas consolidadas sobre essas temáticas, notadamente a Nutrição, Agronomia, Tecnologia de Alimentos, entretanto, sua aplicação em SANS e DHAA exige novas perspectivas de trabalho, muitas vezes associadas a outras áreas que não possuem a mesma tradição acadêmica. Isto pode ser exemplificado pelo caso do Programa de Restaurantes Populares, do Governo Federal, cujo Manual (2005) sugere que, para a escolha da localização sejam realizados estudos técnicos sobre a caracterização do público-alvo (demanda, perfil, nível de renda, horários, ocupação, hábitos alimentares, etc...),



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



caracterização dos outros estabelecimentos próximos que fornecem refeições para trabalhadores de baixa renda, (quantidade de refeições, preço, cardápio e horários de funcionamento). Embora as IES possuam ampla experiência na gestão de Restaurantes Universitários (Rus), participar da criação dos Restaurantes Populares (em todo o processo, ou em algumas fases), representa um desafio para todos os profissionais envolvidos.

Embora a necessidade de criação de novas metodologias, técnicas, procedimentos, para trabalhar com um público distinto daquele que a Universidade e os profissionais nela formados estão habituados, este é um desafio – e uma virtude – dos atuais projetos governamentais em SANS / DHAA. Por outro lado, este é um caso em que o tempo da academia e o tempo da política não coincidem, realidade que assume sua dimensão mais dramática quando, sistematicamente, a direção do CONSEA/SM tem sido pressionada para aprovar e assinar projetos elaborados pelo poder executivo, sem ter tido o tempo necessário para análise, sob o argumento de, não o fazendo, estar atrasando a implementação dos mesmos.

As fontes de **legitimidade** dos membros do CONSEA – espaço de discussão e deliberação sobre as políticas de SANS – constituem-se na terceira problematização. Além da composição já consagrada nos documentos norteadores dos Conselhos Municipais (1/3 de integrantes de setores governamentais e 2/3 da sociedade civil), nestes Conselhos encontram-se sujeitos portadores de três tipos de legitimidade: dois deles originados da natureza da política democrática: a) os Conselheiros que são



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



designados pelo governo municipal (democracia representativa); b) os escolhidos diretamente pelos usuários (Porta-vozes, misto de democracia representativa com participativa) e, finalmente, c) aqueles que representam Instituições ou organismos técnicos, que têm sua legitimidade baseada na lógica própria do sistema meritocrático, como é o caso da Universidade.

Sendo o CONSEA composto por sujeitos muito diferenciados, a igualdade fundada na democracia liberal (a igualdade formal): cada indivíduo um voto, merece ser questionada, a medida em que o status social, econômico, educacional dos conselheiros é muito desigual, pois alguns possuem recursos como tempo, disciplina e treinamento que os capacitam a ter uma atuação diferenciada, inclusive pela facilidade em acessar e processar informações não disponíveis para todos os setores da população¹⁰.

Esta realidade influencia a prática cotidiana dos Conselhos Municipais, pois um dos pressupostos da vida democrática é a de que “aqueles que são chamados a decidir ou eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra” (Bobbio, 1986, p.20). Uma situação capaz de exemplificar esta questão ocorreu há poucos meses atrás, quando foi votada no CONSEA/SM uma proposta de distribuição de leite para crianças em situação de

¹⁰ A dificuldade de acesso às informações também foi diagnosticada, gerando uma situação em que, agregada à falta de estrutura (acesso à internet, telefone, xerox, meios de transporte) dos conselhos quase impossibilita a participação qualificada dos conselheiros. Esta situação também é mencionada pela Relatoria Nacional em DHESC, ao afirmar que “Além das denúncias de manipulação na composição dos conselhos, garantindo a supremacia da representação governamental, outro fator que impede o bom funcionamento desses órgãos é a falta de estrutura, que deveria ser garantida pelos governos” (2004, p.105)



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



vulnerabilidade social do município¹¹. Após votar favoravelmente, alguns Conselheiros afirmaram discordar da destinação, pois indicava beneficiários que já recebiam ajuda alimentar de outras fontes, entretanto, como o projeto continha siglas as quais não conheciam, não puderam identificar os destinatários desta política pública. Esta dificuldade no desempenho dos conselhos também foi diagnosticada pela Relatoria Nacional em DHESC, que aponta como um dos fatores de fragilidade a falta de preparo dos conselheiros para tratar de assuntos técnico-administrativos (2004, p.107).

Outro ponto de tensão diz respeito à participação nas Câmaras Temáticas, Grupos de Trabalho, e outros fóruns de análise técnica. Resumidamente, a questão é: como combinar o resultado de um estudo técnico com o exercício democrático das decisões das plenárias ou de outras instâncias que possuam outras lógicas? Como agir nos casos em que os estudos técnicos são recusados? Talvez este seja um caso em que a demissão da participação também faça parte do processo educativo e do compromisso das Universidades na formação de sujeitos com a perspectiva da SANS, em que renunciar a participar de propostas que não possuem os requisitos técnicos necessários constitua-se em um aprendizado, uma vez que, estas Instituições possuem regras de procedimento que constituem a própria natureza de seu trabalho. Esta afirmação é válida não somente para os representantes das IES, sejam docentes ou funcionários técnico-administrativos, mas também para alunos / futuros profissionais. Há (ou haveria) ainda o recurso a diferentes metodologias participativas em extensão

¹¹ Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar. Título 30. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



universitária, que podem dar conta desta situação, entretanto novamente retorna-se à questão das distintas temporalidades presentes, especialmente quando considera-se a dimensão que assumiu o jargão “QUEM TEM FOME TEM PRESSA”.

Finalmente, a quarta e última problematização está associada à luta pela construção / desconstrução dos **sujeitos** das políticas de SANS. A ênfase nas temáticas transforma a FOME, corporificada, em sujeito que tem pressa, retirando a centralidade política de outros sujeitos fortemente politizados: os proletários, trabalhadores, catadores, quilombolas, sem-terra, sujeitos de carne e osso, que discutem, questionam, concordam ou discordam, protestam, exigem justiça social, disputam a inversão de prioridades na aplicação dos recursos públicos, realizam ocupações e eventualmente “morrem na contramão atrapalhando o trânsito”.

Esta transformação dos sujeitos pode até ser conveniente, habituados que somos a “distanciar-nos” e a “fazermos recortes da realidade”, entretanto, se o compromisso das IES é com a dimensão inteira da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e com a efetivação dos Direitos Humanos, em que os cidadãos sejam vistos em sua dimensão integral, este também deve ser um compromisso com a própria formação de seus sujeitos internos, pois embora sejamos todos sujeitos em formação, na própria relação entre a Universidade e a Sociedade, ainda assim nossa responsabilidade é imensa.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



3. Considerações Finais

A participação das Instituições de Ensino Superior nas ações relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, e no Programa Fome Zero, constitui-se, inquestionavelmente, em um grande desafio.

Em primeiro lugar, porque pode romper as divisões das áreas do conhecimento que tradicionalmente trabalham com facetas desta temática (como por exemplo, as divisões de disciplinas, departamentos, cursos...) e incentiva a aproximação de diferentes profissionais (docentes ou técnico-administrativos) e estudantes. Tratar do Direito Humano à Alimentação Adequada permite a criação de linhas de pesquisa e projetos de extensão com a presença de docentes e discentes de todas as áreas do conhecimento, integrados em ações convergentes para a realização progressiva do direito humano de estar livre da fome.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Em segundo, porque, a partir do trabalho com os diferentes sujeitos que compõem a sociedade, incentiva a reflexão sobre nossos próprios métodos, conhecimentos, temporalidades, hierarquias, possibilidades e limitações. O enfrentamento destas últimas obriga a buscar alternativas e perspectivas de trabalho que possam contribuir para a melhoria do nível de vida da sociedade, especialmente aquelas, como a brasileira, em que uma grande parcela da população sobrevive permanentemente em insegurança alimentar.

E, finalmente, porque permite às IES, e à comunidade acadêmica em geral, exercer sua responsabilidade social, retornando para a sociedade, através do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, conhecimentos, tecnologias, metodologias, informações que possam contribuir para a progressiva autonomização de coletividades inteiras, vítimas das violações de direitos, e que ainda permanecem como objeto de políticas públicas (clientelísticas) às quais não têm condições de participar efetivamente na elaboração e monitoramento das ações em SANS e DHAA, visto que a exigibilidade e justiciabilidade das mesmas ainda é uma cultura a construir.

4. Referências Bibliográficas

ANDIFES, CRUB. *Segurança Alimentar: a contribuição das universidades*. [Cartilha], São Paulo, 2003.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

FAO. *Cúpula Mundial sobre Alimentação / Plano de Ação*. Roma, 1996.

FAO. *Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação*. Roma, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

MDS/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. *Programa de Restaurantes Populares*. Edital nº 01, Brasília/DF, 2005.

PLATAFORMA BRASILEIRA DHESC. *Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais*. Informe 2004.